

Login

Secretaria de Estado de Fazenda  
do Rio de Janeiro

OUVIDORIA FALE CONOSCO

SERVIÇOS INSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO SÍTIOS

PESQUISA

 IMPRIMIR

DÊ SUA NOTA

▶ Serviços

## Perguntas Frequentes sobre a NFC-e

### 1. INFORMAÇÕES INICIAIS

#### 1.1 O que é a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e)?

A Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) é um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar as operações comerciais de venda presencial ou venda para entrega em domicílio a consumidor final (pessoa física ou jurídica) em operação interna e sem geração de crédito de ICMS ao adquirente.

#### 1.2. Quais os tipos de documentos fiscais em papel que a NFC-e poderá substituir?

A NFC-e substitui:

- a Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2;
- o Cupom Fiscal emitido por ECF.

#### 1.3. Quais são as vantagens da NFC-e?

- Dispensa de homologação do software pelo Fisco (Não tem PAF-ECF);
- Uso de Impressora não fiscal, térmica ou a laser;
- Simplificação de obrigações acessórias (dispensa de impressão de Redução Z e Leitura X, Mapa Resumo, lacres, revalidação, comunicação de ocorrências, cessação etc.);
- Dispensa da figura do interventor técnico;
- Uso de papel não certificado, com menor requisito de tempo de guarda;
- Transmissão em tempo real ou on-line da NFC-e;
- Redução significativa dos gastos com papel;
- Não há necessidade de autorização prévia do equipamento a ser utilizado;
- Uso de novas tecnologias de mobilidade;
- Flexibilidade de expansão de PDV;
- Apelo ecológico;
- Integração de plataformas de vendas físicas e virtuais.

#### 1.4. Em quais tipos de operações a NFC-e poderá ser utilizada?

Somente nas operações comerciais de venda presencial ou venda para entrega em domicílio a consumidor final. Para as demais operações, o contribuinte deverá utilizar a nota fiscal eletrônica, modelo 55 (NF-e).

No caso de entrega em domicílio (delivery), como entregas de produtos provenientes de pizzarias, lanchonetes, restaurantes, farmácias, floriculturas, etc., a NFC-e somente poderá ser utilizada nas operações dentro do Estado. Nessas hipóteses será exigida na NFC-e a identificação do consumidor (nome, CPF/CNPJ) e do endereço de entrega.

#### 1.5. Qual é o modelo de documento fiscal da NFC-e?

A NFC-e é identificada pelo modelo 65.

### 2. LEGISLAÇÃO E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA NFC-e NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### 2.1. Já existe legislação em vigor para regulamentar a NFC-e? (Alterada em 3/8/14. Alterada em 3/11/14)

Sim. A NFC-e foi instituída pelo Ajuste Sinief nº 01/13, que alterou o Ajuste Sinief nº 07/05 (Nota Fiscal Eletrônica - NF-e).

Em âmbito estadual, a NFC-e está regulamentada no Anexo I do Livro VI do RICMS/00, aprovado pelo Decreto nº 27.427/00 (alterado pelo Decreto nº 44.785/14) e no Anexo II-A da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14 (alterada pela Resolução SEFAZ nº 759/14).

Para facilitar o entendimento da legislação, a SEFAZ elaborou uma "[Legislação Comentada](#)" que explica cada dispositivo do Anexo II-A da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14. Consulte!

#### 2.2. Já existe cronograma de implantação da NFC-e no Rio de Janeiro? (Incluída em 3/8/2014)

Sim. As etapas de implantação da NFC-e estão previstas no Anexo II-A da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14.

Resumidamente são:

- I - 08 de agosto de 2014, contribuintes voluntários para emissão em ambiente de testes;

- II - 1º de outubro de 2014, contribuintes:
- a) voluntários para emissão em ambiente de produção;
  - b) que, obrigados ao uso de ECF não tenham solicitado autorização de uso de equipamento antes de 1º de outubro de 2014;
- III - 1º de julho de 2015, contribuintes que:
- a) apuram o ICMS por confronto entre débitos e créditos, ainda que, a partir da referida data, venham a se enquadrar em outro regime de apuração;
  - b) requererem inscrição estadual, independentemente do regime de apuração a que estejam vinculados;
- IV - 1º de janeiro de 2016, contribuintes optantes:
- a) pelo Simples Nacional com receita bruta anual auferida no ano-base 2014 superior a R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais);
  - b) por demais regimes de apuração distintos do regime de confronto entre débitos e créditos, inclusive os previstos no Livro V do RICMS/00, independentemente da receita bruta anual auferida;
- V - 1º de julho 2016, contribuintes optantes pelo Simples Nacional com receita bruta anual auferida no ano-base 2014 superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- VI - 1º de janeiro 2017, demais contribuintes.
- É importante ressaltar que acima consta apenas um resumo do cronograma. A leitura da [legislação](#) é imprescindível que se possa compreender plenamente as regras de implementação da NFC-e no Estado.

2.3. A partir das datas previstas no cronograma o contribuinte poderá emitir Cupom Fiscal ou Nota Fiscal de Consumidor, modelo 2? (Incluída em 5/8/2014)

As datas previstas no cronograma de implantação da NFC-e no Estado do Rio de Janeiro não estabelecem, propriamente, datas de obrigatoriedade de emissão do referido documento, pois o contribuinte poderá, na maioria dos casos, por determinado período, utilizar o equipamento ECF para emissão de Cupom Fiscal. Em verdade, elas estabelecem o momento a partir do qual o contribuinte passa a se sujeitar as regras de transição, quais sejam:

- vedação de emissão de Notas Fiscais de Venda a Consumidor, modelo 2, devendo ser inutilizado o estoque remanescente, salvo na hipótese de o contribuinte comprovar que realiza operações fora do estabelecimento;
- fim da concessão de autorização de uso para novos ECF;
- início do prazo de dois anos para utilização dos ECF já autorizados a uso, concomitantemente com a NFC-e.

É importante ressaltar que, caso o contribuinte se credencie antes da data prevista para sua implantação, a data que será considerada para as regras de transição será a do credenciamento, ou seja, as regras de transição serão antecipadas.

Por outro lado, caso ele se credencie após a data de implantação, a que será considerada para efeito de aplicação das regras de transição será a mesma prevista para a implantação.

Consulte a "[Legislação Comentada](#)" e saiba mais sobre as regras de transição.

2.4. Quais são as penalidades mais comuns relacionadas com NFC-e?

Infração	Penalidade (Lei nº 2.657/96)
1. Não emitir documento fiscal (NFC-e); 2. Emitir Cupom Fiscal ou Nota Fiscal de Consumidor, mod. 2, quando já estiver obrigado a utilizar NFC-e; 3. Não transmitir NFC-e emitida em contingência;	Art. 62-C, III
4. Cancelar documento após o prazo de 24 horas;	Art. 62-C, VI
5. Informar dados incorretos da NFC-e (CFOP, por exemplo);	Art. 62-C, XI
6. Transmitir a NFC-e emitida em contingência após o prazo de 24 horas, contado do momento da sua emissão;	Art. 62-C, XIII
7. Inutilizar numeração de NFC-e após o décimo dia do mês subsequente ao fato.	

3. REQUISITOS

3.1. Quais são os requisitos necessários para a emissão da NFC-e?

- Estar com a inscrição estadual regular;
- Desenvolver ou adquirir um software emissor de NFC-e;
- Possuir certificado digital no padrão ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte; (Atualizada em 09/02/15)
- Estar credenciado na SEFAZ (permissão para emissão);
- Possuir Código de Segurança do Contribuinte - CSC (token), fornecido pela SEFAZ no ato do credenciamento.

3.2. A SEFAZ disponibilizou emissor gratuito da NFC-e?

Não. Nenhum Estado disponibilizou emissor gratuito. Entretanto, já há opções gratuitas oferecidas no mercado.

O Fisco tem prestado orientações técnicas a entidades que demonstraram o interesse em desenvolver uma solução gratuita, mas cujas políticas de uso são de responsabilidade exclusiva do próprio desenvolvedor.

3.3. Posso utilizar o emissor gratuito da NF-e para emitir NFC-e?

Não. Considerando as peculiaridades do varejo, o emissor gratuito da NF-e não está preparado para emitir a NFC-e.

Portanto, a empresa necessitará desenvolver ou adquirir no mercado aplicativo emissor de NFC-e. A SEFAZ não faz nenhuma indicação nesse sentido.

**3.4. Tenho que possuir certificado digital para emitir a NFC-e?**

Sim. Por ser um documento com valor legal, a emissão de NFC-e exige a segurança proporcionada pelo certificado digital.

**3.5. O que é o Código de Segurança do Contribuinte - CSC (token)?** (Atualizada em 21/01/2015)

O Código de Segurança do Contribuinte - CSC (token) é um código alfanumérico, de conhecimento exclusivo do contribuinte e da SEFAZ, usado para garantir a autoria e a autenticidade do DANFE-NFC-e.

ATENÇÃO! O Código de Segurança do Contribuinte - CSC (token) é requisito de validade do DANFE-NFC-e, portanto deve ser cadastrado no programa emissor do contribuinte antes da primeira nota fiscal emitida.

O CSC é fornecido ao contribuinte no momento do deferimento do pedido de acesso aos ambientes de testes e/ou produção.

Os códigos são únicos para empresa, ou seja, eles não gerados por estabelecimento da empresa.

**3.6. Quais certificados digitais poderão ser utilizados?**

Os certificados devem ser emitidos por uma autoridade certificadora, seguindo o padrão ICP-Brasil, podendo ser dos seguintes tipos:

- A1: é gerado e armazenado em seu computador pessoal, dispensando o uso de cartões inteligentes ou tokens;
- A3: é emitido em uma mídia criptográfica: HSM, cartão inteligente ou token, proporcionando maior mobilidade e segurança.

O tipo de certificado digital a ser escolhido depende do sistema/aplicação onde o mesmo será utilizado. Informe-se com a responsável pelo seu equipamento ou consulte a devida documentação para verificar se há alguma restrição para uso de determinado tipo (A1 ou A3).

**3.7. Posso utilizar o mesmo certificado digital da NF-e?**

Sim

**3.8. Como faço o credenciamento na SEFAZ?** (Atualizada em 21/01/15)

A emissão de NFC-e tem como pré-requisito o cadastramento das empresas em cada um dos ambientes: Produção e Testes.

No ambiente de produção, as NFC-e possui validade jurídica e produz efeitos próprios dos documentos fiscais. No ambiente de testes, não, isto é, o documento não tem nenhum valor fiscal. Para acessar os ambientes, [clique aqui](#).

Importante ressaltar que o cadastramento para emissão de NF-e não se confunde com o cadastramento para emissão da NFC-e. São procedimentos distintos. Portanto, uma empresa que está cadastrada para emitir NF-e não está automaticamente cadastrada para emitir NFC-e.

**3.9. Preciso autorizar minhas impressoras ou software na SEFAZ para emitir a NFC-e?**

Não é necessário autorizar qualquer equipamento ou software na SEFAZ para emitir a NFC-e.

**3.10. A NFC-e pode ser emitida por meio de smartphone ou tablets?**

Sim, o projeto NFC-e foi desenvolvido para ser compatível com todos os tipos de plataformas móveis.

**3.11. Posso usar meu equipamento ECF para impressão do DANFE NFC-e?** (Alterada em 23/05/14)

A legislação atual não prevê a possibilidade de uso do ECF para emissão do DANFE-NFC-e, sendo permitido somente o uso de impressoras não fiscais, térmicas ou a laser.

**4. DOCUMENTO AUXILIAR DA NFC-e (DANFE NFC-e)****4.1. O que é, e para que serve o DANFE NFC-e?**

O DANFE NFC-e é uma representação simplificada da NFC-e. Tem as seguintes funções básicas:

- Conter a chave de acesso da NFC-e para que se consulte a regularidade da mesma;
- Conter a código de barras bidimensional da NFC-e (QR-Code) para que se consulte a regularidade da mesma, a partir de um smartphone ou tablet;
- Para o caso da entrega em domicílio, o DANFE NFC-e acompanhará a mercadoria em trânsito, fornecendo outras informações básicas sobre a venda (emitente, destinatário, valores, endereço de entrega, etc.).

O DANFE NFC-e deverá ser impresso conforme as especificações técnicas definidas em manual próprio, disponível no [Portal Nacional da NF-e](#).

**4.2. O que é QR-Code e qual a finalidade de sua impressão no DANFE NFC-e?**

O QR-Code é um código de barras bidimensional, que foi criado em 1994 pela empresa japonesa Denso-Wave, que significa "código de resposta rápida" devido a capacidade de ser interpretado rapidamente.

A impressão do QR-Code no DANFE NFC-e tem a finalidade de facilitar a consulta dos dados do documento fiscal eletrônico pelos consumidores, mediante leitura com o uso de aplicativo leitor de QR-Code instalado em smartphones ou tablets. Atualmente existem no mercado inúmeros aplicativos gratuitos para smartphones que possibilitam a leitura de QR-Code.

**4.3. Em que momento o DANFE NFC-e deve ser impresso?**

O DANFE NFC-e deve ser impresso pelo emitente da NFC-e antes da circulação da mercadoria, na venda presencial ou entrega em domicílio.

**4.4. Há obrigatoriedade da guarda do DANFE NFC-e pelo emitente e pelo consumidor (destinatário)?**

Não existe obrigatoriedade da guarda do DANFE NFC-e. O documento fiscal relativo a operação é o arquivo digital da NFC-e. Por se tratar de um documento fiscal digital, a NFC-e deve ser armazenada eletronicamente pelo período de 5 (cinco) anos, conforme determinado pela legislação tributária.

**4.5. Em qual tipo de papel posso imprimir o DANFE NFC-e?**

Em qualquer tipo de papel, desde que garanta a legibilidade das informações impressas, especialmente do QR-Code, por no mínimo, seis meses. Na impressão do DANFE NFC-e, deverá ser utilizado papel com largura mínima de 58 mm e margens laterais com 0,2 mm de largura mínima. Não existe qualquer restrição para que se imprima a DANFE NFC-e em outros tamanhos de papel como, por exemplo, o formato A4.

**3.6. Posso utilizar qualquer tipo de impressora?**

Para impressão do DANFE NFC-e, o contribuinte deve utilizar impressoras não fiscais, térmicas ou a laser. O DANFE NFC-e não pode ser emitido em impressora matricial.

**5. EMISSÃO EM CONTINGÊNCIA****5.1. Como posso emitir uma NFC-e em contingência? (Alterada em 3/8/14, 21/01/15)**

Quando não for possível transmitir a NFC-e ou obter resposta à solicitação de autorização de uso em decorrência de problemas técnicos, o contribuinte poderá operar em contingência para gerar arquivos, indicando este tipo de emissão, conforme definido no Manual de Orientação do Contribuinte, adotando uma das seguintes alternativas:

- emissão offline, com posterior transmissão em até 24 horas;
- impressão do DANFE-NFC-e em formulário de segurança (FS-DA), com posterior transmissão em até 24 horas;
- utilizar equipamento ECF (enquanto a legislação permitir);

A decisão da emissão da NFC-e em contingência é exclusiva do contribuinte e não depende de autorização do Fisco.

**5.2. Se faltar luz no meu estabelecimento, como posso emitir a NFC-e?**

A SEFAZ recomenda a utilização de fontes de alimentação ininterruptas do tipo nobreak. Além disso, o contribuinte poderá utilizar equipamentos com bateria interna, como, por exemplo, laptop, tablet ou smartphone.

**6. DETALHES OPERACIONAIS****6.1. Em que condições posso cancelar uma NFC-e? (Alterada em 21/01/15)**

Somente poderá ser cancelada a NFC-e previamente autorizada e desde que ainda não tenha ocorrido a saída da mercadoria do estabelecimento. O prazo máximo para cancelamento de uma NFC-e é de até 24 horas após a concessão da autorização de uso.

A legislação não prevê postergação do prazo para cancelamento da NFC-e (cancelamento extemporâneo).

Entretanto, o contribuinte pode, mediante processo, solicitar a reabertura do prazo, sujeitando-se, contudo, a aplicação de penalidade por perda de prazo (Lei nº 2.657/96). No pedido, o contribuinte deve expor seus motivos.

**6.2. Como devo proceder para cancelar uma NFC-e?**

O pedido de cancelamento de uma NFC-e deverá ser feito por meio do web service de eventos, devendo ser autorizado pela SEFAZ. O layout do arquivo de solicitação de cancelamento de NFC-e poderá ser consultado no Manual de Orientação do Contribuinte (MOC), disponível no Portal Nacional da NF-e (www.nfe.fazenda.gov.br)

**6.3. O que é a inutilização de numeração de NFC-e?**

O pedido da inutilização de numeração de NFC-e tem a finalidade de permitir que a emissor comunique a SEFAZ, até o décimo dia do mês subsequente, os números de NFC-e que não foram utilizados em razão de ter ocorrido uma quebra de sequência da numeração da NFC-e. A inutilização de numeração só é possível caso a numeração ainda não tenha sido utilizada em nenhuma NFC-e (autorizada, cancelada ou denegada).

Durante a emissão de NFC-e é possível que ocorra, eventualmente, por problemas técnicos ou de sistemas do contribuinte, uma quebra da sequência da numeração. Exemplo: a NFC-e no 100 e a no 110 foram emitidas, mas a faixa 101 a 109, por motivo de ordem técnica, não foi utilizada antes da emissão da no 110.

A inutilização do número tem caráter de denúncia espontânea do contribuinte de irregularidades de quebra de sequência de numeração, podendo o fisco não reconhecer o pedido nos casos de dolo, fraude ou simulação apurada.

As NFC-e canceladas, denegadas e as números inutilizados devem ser escriturados, sem valores monetários, de acordo com a legislação tributária vigente.

**6.4. Posso utilizar a carta de correção eletrônica (CC-e) para NFC-e?**

Não. A carta de correção eletrônica é utilizada, exclusivamente, para correções de NF-e.

**6.5. Se já utilizo a NF-e, poderei utilizar a mesma numeração para NFC-e?**

A numeração utilizada pela NFC-e será distinta da numeração utilizada pela NF-e, por se tratar de um novo modelo de documento fiscal eletrônico (modelo 65).

A numeração da NFC-e será sequencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido este limite.

O contribuinte poderá adotar séries distintas para a emissão da NFC-e que serão designadas por algarismos arábicos, em ordem crescente, vedada a utilização do algarismo zero e de subsérie, por checkout ou caixa conforme a necessidade do contribuinte.

**6.6. Como devo preencher as informações dos tributos incidentes sobre toda a cadeia, em atendimento a Lei Federal nº 12.741/2012 (lei da transparência)?**

Apenas é exigido pela Lei Federal nº 12.741/2012 a informação, no documento fiscal, de um campo, em reais, com o valor total de tributos incidentes na venda ao consumidor e considerando toda a cadeia de tributação anterior.

Na divisão V do DANFE NFC-e (vide documento técnico de especificação do DANFE NFC-e e QR Code) poderá ser impresso o texto "Informação dos Tributos Totais Incidentes (Lei Federal nº 12.741 /2012)", seguido do valor em reais do total dos tributos da operação/prestação contemplando toda a cadeia de fornecimento; Importante ressaltar que para que seja impressa esta informação no DANFe a mesma deverá constar informada no campo próprio do arquivo eletrônico da NFC-e (Campo vTotTrib).

Fica facultado ao contribuinte emissor de NFC-e, que assim desejar imprimir no Detalhe da Venda o valor total de carga tributária por item de mercadoria. Importante ressaltar que, alternativamente a impressão de informação no documento fiscal, a Lei Federal nº 12.741/12 permite a empresa detalhar a carga tributária por produto por meio de painel afixado ou meio eletrônico disponível ao consumidor no estabelecimento.

**6.7. Como devo preencher a minha Escrituração Fiscal Digital (EFD)?**

- Utilizar o código "65" na escrituração da NFC-e, para identificar o modelo.
- Cada NFC-e emitida deverá ser escriturada pelo preenchimento, exclusivamente, dos respectivos registros C100 e C190;
- É vedado o preenchimento dos campos do registro C100:
  - a) 04 - código do participante;
  - b) 23 - valor da base de cálculo do ICMS substituição tributária;
  - c) 24 - valor do ICMS retido por substituição tributária;
  - d) 25 - valor total do IPI;
  - e) 26 - valor total do PIS;
  - f) 27 - valor total da COFINS;
  - g) 28 - valor total do PIS retido por substituição tributária;
  - h) 29 - valor total da COFINS retido por substituição tributária.
- O campo do registro C100 relativo a indicação do tipo de operação (campo 02) deverá estar preenchido com conteúdo "1", que indica documento fiscal de saída;
- Campo 09 do Registros C100 (Chave eletrônica da NFC-e) é de preenchimento obrigatório para NFC-e.
- O campo 17 do registro C100 relativo a indicação do tipo do frete deverá estar preenchido com conteúdo "9", que indica documento fiscal sem cobrança de frete.
- Campo 03 do Registro C190 - Preenchimento: nas operações de entradas, devem ser registrados os códigos de operação que correspondem ao tratamento tributário relativo à destinação do item. No caso da NFC-e só poderão ser informados CFOP iniciados por 5
- Deverão ser escrituradas no Livro Registro de Saídas ou constar da EFD, conforme o caso, sem valores monetários e de acordo com a legislação pertinente, as informações relativas:
  - a) aos números de NFC-e que tiverem sido inutilizados;
  - b) aos números de NFC-e utilizados em arquivos digitais que tiveram a Autorização de Usa de NFC-e denegada;
  - c) as NFC-e emitidas e posteriormente canceladas.

#### 6.8. De quais obrigações acessórias estarei dispensado se aderir a NFC-e?

Os pontos de venda que estiverem utilizando a NFC-e estarão dispensados da Redução Z, Mapa de Resumo, Comunicação de Ocorrências, Revalidação e Lacres.

#### 6.9. Quais são os campos mínimos necessários, na questão de identificação do cliente/consumidor, para a emissão da NFC-e?

Os campos mínimos necessários para a emissão da NFC-e estão disponíveis na Nota Técnica (última versão), sendo permitindo unicamente a identificação do código do destinatário (CPF, CNPJ, idEstrangeiro).

Importante: Pelo Schema XML, os campos de identificação do destinatário podem ser omitidos, mas as regras de validação existentes podem levar a obrigatoriedade da informação, por exemplo, para as operações com valor superior a um determinado limite.

Para qualquer caso, decidido pela identificação do destinatário, também é opcional a identificação completa do endereço, ou somente a identificação de CPF, CNPJ, ou dados da pessoa física estrangeira.

#### 6.10. É obrigatório o preenchimento das informações do destinatário?

Não há necessidade de preenchimento de informação do destinatário exceto nas hipóteses abaixo:

É obrigatória a identificação do destinatário:

- a) quando o valor total da operação for superior ao montante equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- b) quando solicitado pelo adquirente, nas operações cujo valor total for inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- c) independentemente do valor da operação, quando houver entrega em domicílio do bem ou mercadoria objeto da operação, hipótese em que também deverá ser informado o endereço do adquirente.

#### 6.11. Existe um campo no XML atrelado ao código do País. Este código é o de país de origem do estrangeiro?

Não, existe apenas o campo identificando que o destinatário da NFC-e é de origem estrangeira.

Quando se fizer necessário a identificação do estrangeiro, na venda presencial interna, os campos mínimos necessários são:

- dest/enderDest/UF = "EX";
- dest/idEstrangeiro pode ser nulo, ou não, conforme regra de validação;
- CFOP dos itens inicia com "5".

#### 6.12. Se existir a entrega do produto ao estrangeiro em um hotel, por exemplo, a SEFAZ irá aceitar a identificação do cliente como o número do passaporte e o endereço de entrega no Brasil?

Sim.

### 7. DESENVOLVEDORES DE SOFTWARE

#### 7.1. Quais são os documentos técnicos necessários para desenvolver um sistema emissor de NFC-e?

Toda a documentação técnica do Projeto da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) está disponível no Portal Nacional da NF-e ([www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br)):

- Nota Técnica 04/2012 versão 1.2, contendo as especificações técnicas atuais da NFC-e e a relação de empresas voluntárias participantes do Projeto Piloto;
- Manual de especificações técnicas da Contingência Off-line da NFC-e (última versão);
- Manual de Especificações Técnicas do DANFE NFC-e e QR-Code (última versão);
- Esquemas XML NF-e - Pacote de Liberação no 7a (06/05/2013) (ZIP).
- URL para consulta QR Code (testes e produção): <http://www4.fazenda.rj.gov.br/consultaNFCe/QRCode?>

#### 7.2. O acesso ao ambiente de teste e de produção está disponível para as empresas desenvolvedoras de software?

Sim, as desenvolvedoras de software, não contribuintes do ICMS, necessitarão de:

- Possuir certificado digital no padrão ICP-Brasil, contendo o CNPJ da empresa;
- Gerar o Código de Segurança do Contribuinte - CSC (token) conforme especificado no "Manual de Especificações Técnicas do DANFE NFC-e e QR Code (última versão)";
- Enviar para os endereços de homologação, e testar todas as funcionalidades.

8. INFORMAÇÕES TÉCNICAS

8.1. Quais são os web services da NFC-e?

Os mesmos da NF-e, desconsiderados:

- WS de Consulta Cadastro; - WS NfeRecepcao; e - WS NfeRetRecepcao

UF = Sefaz Virtual Rio Grande do Sul - (SVRS)

Ambiente de Produção - <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/>

Serviço	Versão	URL
RecepcaoEvento	1.00	<a href="https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/recepcaoevento/recepcaoevento.asmx">https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/recepcaoevento/recepcaoevento.asmx</a>
NfeInutilizacao	2.00 / 3.10	<a href="https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/nfeinutilizacao/nfeinutilizacao2.asmx">https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/nfeinutilizacao/nfeinutilizacao2.asmx</a>
NfeConsultaProtocolo	2.00 / 3.10	<a href="https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeConsulta/NfeConsulta2.asmx">https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeConsulta/NfeConsulta2.asmx</a>
NfeStatusServico	2.00 / 3.10	<a href="https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeStatusServico/NfeStatusServico2.asmx">https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeStatusServico/NfeStatusServico2.asmx</a>
NFeAutorizacao	3.10	<a href="https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeAutorizacao/NFeAutorizacao.asmx">https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeAutorizacao/NFeAutorizacao.asmx</a>
NFeRetAutorizacao	3.10	<a href="https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeRetAutorizacao/NFeRetAutorizacao.asmx">https://nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeRetAutorizacao/NFeRetAutorizacao.asmx</a>

Ambiente de Homologação (Testes) - <http://hom.nfe.fazenda.gov.br/portal/>

Serviço	Versão	URL
RecepcaoEvento	1.00	<a href="https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/recepcaoevento/recepcaoevento.asmx">https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/recepcaoevento/recepcaoevento.asmx</a>
NfeInutilizacao	2.00 / 3.10	<a href="https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/nfeinutilizacao/nfeinutilizacao2.asmx">https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/nfeinutilizacao/nfeinutilizacao2.asmx</a>
NfeConsultaProtocolo	2.00 / 3.10	<a href="https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeConsulta/NfeConsulta2.asmx">https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeConsulta/NfeConsulta2.asmx</a>
NfeStatusServico	2.00 / 3.10	<a href="https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeStatusServico/NfeStatusServico2.asmx">https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeStatusServico/NfeStatusServico2.asmx</a>
NFeAutorizacao	3.10	<a href="https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeAutorizacao/NFeAutorizacao.asmx">https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeAutorizacao/NFeAutorizacao.asmx</a>
NFeRetAutorizacao	3.10	<a href="https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeRetAutorizacao/NFeRetAutorizacao.asmx">https://homologacao.nfe.sefazvirtual.rs.gov.br/ws/NfeRetAutorizacao/NFeRetAutorizacao.asmx</a>

• [Consulta com chave de acesso](http://nfce.fazenda.rj.gov.br/consulta) - <http://nfce.fazenda.rj.gov.br/consulta>

• [Consulta QR code](#) (teste e produção)

A URL do QR-Code não é um web service. URL: <http://www4.fazenda.rj.gov.br/consultaNFCe/QRCode?>

9. DÚVIDAS E INFORMAÇÕES

9.1. Como posso obter suporte junto a SEFAZ sobre a NFC-e?

Para dúvidas relacionadas à legislação de NFC-e, acesse o "Fale Conosco", na página da SEFAZ.

Dúvidas relacionadas a questões técnicas ou operacionais, encaminhe e-mail para [nfce@fazenda.rj.gov.br](mailto:nfce@fazenda.rj.gov.br).

[Topo](#)